

# Aperfeiçoando a Gestão de TI no Poder Judiciário

## Instrutor: Lucio Melre da Silva

Mestre em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação pela Universidade Católica de Brasília. Pós-graduado em análise de sistemas e metodologia do ensino superior. Graduado em Direito, Engenharia Civil e Matemática. Analista Judiciário – Informática do Superior Tribunal de Justiça. Atual Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Exerceu funções de gestor em tecnologia da informação em diversos órgãos do Poder Judiciário, dentre eles o Conselho Nacional de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Conselho da Justiça Federal. Coautor do livro “Desmistificando a adoção de Serviços em Nuvem Governamental (2019)”.



## Apresentação:

O Poder Judiciário, a partir da criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), publicou uma série de Resoluções que tratam da governança e gestão de tecnologia da informação e da comunicação no âmbito do Poder Judiciário.

Tais diretrizes vinculam as ações de TIC no âmbito do Poder Judiciário, estabelecendo obrigações e responsabilidades, bem como a necessidade de atuar com transparência, ética e eficiência.

Está previsto na Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) a necessidade de assegurar a convergência dos recursos humanos, administrativos e financeiros empregados pelos segmentos do Poder Judiciário no que concerne à Tecnologia da Informação e Comunicação; e, ainda, as recomendações realizadas ao Conselho Nacional de Justiça para promover ações voltadas para a normatização e o aperfeiçoamento dos controles e processos de governança, de gestão e de uso de TIC, inclusive com o estabelecimento de estratégias que minimizem a rotatividade do pessoal efetivo, de modo a assegurar a entrega de resultados efetivos para o Judiciário;

A Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) é ativo estratégico que suporta processos institucionais, por meio da conjugação de recursos, processos e técnicas utilizados para obter, processar, armazenar, fazer uso e disseminar informações e Governança de TIC é o conjunto de diretrizes, estruturas organizacionais, processos e mecanismos de controle que visam assegurar que as decisões e ações relativas à gestão e ao uso de TIC mantenham-se harmoniosas às necessidades institucionais e contribuam para o cumprimento da missão e o alcance das metas organizacionais.

Este curso tem por objetivo tratar das questões relacionadas à governança e à gestão de tecnologia da informação, com enfoque na integração das atividades a serem desenvolvidas por todos os gestores de TIC do Poder Judiciário, quer seja na disponibilização de informações gerenciais, contratação de soluções, transformação digital, inovação tecnológica, dentre outras, trazendo aos participantes uma visão sistêmica das diretrizes estabelecidas e que impactam nas responsabilidades e atribuições de todas as unidades de tecnologia da informação.

## Programa:

1. Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação no Poder Judiciário
  - a. Governança Corporativa x Governança de Tecnologia da Informação
  - b. Governança de TI na Administração Pública Federal
  - c. Governança e Gestão de TI no Poder Judiciário
  - d. Estudo de Caso: Elaborando estratégia de tecnologia da informação e comunicação
    - i. Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)
    - ii. Objetivos, Metas e Indicadores Estratégicos
2. Como contratar no Poder Judiciário
  - a. Plano de Contratações
  - b. Como elaborar o planejamento da contratação
  - c. Estudo de Caso: Acompanhando contratação de TI. O que melhorar?
3. Processo Eletrônico. De onde veio, para onde vai?
  - a. Situação atual do Poder Judiciário
  - b. Principais características. Evolução.
  - c. Modelo Nacional de Interoperabilidade
  - d. Estudo de Caso: Como integrar com outros sistemas e serviços
4. Transformação Digital.
  - a. Plano de Transformação Digital
  - b. Projeto Justiça 4.0
  - c. Juízo 100% Digital
  - d. Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ)
  - e. Base de Dados Processuais do poder Judiciário (DATAJUD)
5. Resoluções CNJ 360, 361 e 362 - Segurança Cibernética
  - a. Estudo de Caso: Elaboração de Plano de Ação para atendimento às Resoluções.

**Público-alvo:** dirigentes e gestores de tribunais e unidades judiciárias, que atuam nas áreas de tecnologia da informação, planejamento estratégico, assessoramento jurídico, auditoria e controle.

Ao término do curso o participante receberá certificado emitido pelo Instituto Brasileiro de Governança Pública (IBGP).

**Carga Horária:** 16 horas

**Solicite uma Proposta para Cursos *In Company*.**

**Para mais informações, acesse:**

**[Aperfeiçoando a Gestão de TI no Poder Judiciário](#)**

